



TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1 – DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

- 1.1. O presente termo de referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS GERAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DA FORTALEZA, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento, sendo:

Item	Descrição	UND	QTD
1	ALPRAZOLAM - 0,5 MG COMPRIMIDO CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	30
2	AMPICILINA, 500 MG. CAPSULA	CS	100
3	ANFOTERICINA B 50MG, INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA	AM	100
4	ATROPINA - SOLUCAO INJETAVEL, DOSAGEM: 0,5 MG - 01ML	AM	200
5	BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO + GENTAMICINA GOTAS 10 ML	FR	100
6	CAPTOPRIL 25 MG – COMPRIMIDO - MEDICAMENTO CONTENDO CAPTOPRIL, CONCENTRAÇÃO 25 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, USO ORAL. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS. PRODUTO COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, FABRICADO CONFORME BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), COM EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULAGEM E BULA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	CX	200
7	METILERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	500
8	METOPROLOL 50 MG - MEDICAMENTO CONTENDO METOPROLOL, CONCENTRAÇÃO 50 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, USO ORAL. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS. PRODUTO COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, FABRICADO CONFORME BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), COM EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULAGEM E BULA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	CX	200
9	NIMESULIDA 100 MG – COMPRIMIDO - MEDICAMENTO CONTENDO NIMESULIDA, CONCENTRAÇÃO 100 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, USO ORAL. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 12 COMPRIMIDOS. PRODUTO COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, FABRICADO CONFORME BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), COM EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULAGEM E BULA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	CX	200
10	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA CX COM 28 CP	CX	280
11	ONDANSETRONA 4 MG – COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL - MEDICAMENTO CONTENDO ONDANSETRONA, CONCENTRAÇÃO 4 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO	CX	100



	ORODISPERSÍVEL, USO ORAL. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS. PRODUTO COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, FABRICADO CONFORME BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), COM EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULAGEM E BULA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.		
12	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	100
13	PREDNISONA 20 MG – COMPRIMIDO - MEDICAMENTO CONTENDO PREDNISONA, CONCENTRAÇÃO 20MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, USO ORAL. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS. PRODUTO COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, FABRICADO CONFORME BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), COM EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULAGEM E BULA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	CX	100
14	PREDNISONA 5 MG – COMPRIMIDO - MEDICAMENTO CONTENDO PREDNISONA, CONCENTRAÇÃO 5 MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, USO ORAL. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS. PRODUTO COM REGISTRO VÁLIDO NA ANVISA, FABRICADO CONFORME BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), COM EMBALAGEM ÍNTEGRA, ROTULAGEM E BULA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	CX	100

2 – DOS LOTES

2.1. Do agrupamento de itens em lotes: Licitação menor preço por item.

3 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente aquisição de medicamentos hospitalares visa à manutenção das atividades assistenciais relacionadas às ações em saúde pública no Município, pois se faz necessária para garantir o adequado atendimento aos pacientes e a continuidade dos serviços prestados e a manutenção dos estoques mínimos estratégicos conforme planejamento do setor de suprimentos, bem como assegurar o atendimento ininterrupto da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), a manutenção da assistência farmacêutica, evitando riscos à saúde dos pacientes, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza. Os medicamentos constituem insumos essenciais e indispensáveis à execução das ações e serviços de saúde, sendo utilizados no atendimento ambulatorial, nas unidades básicas de saúde, nos programas de atenção primária, no tratamento de pacientes crônicos, em situações de urgência e emergência, bem como no cumprimento de protocolos clínicos e terapêuticos adotados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete diretamente a qualidade do



atendimento, podendo acarretar prejuízos à assistência farmacêutica, interrupção de tratamentos, agravamento do quadro clínico dos pacientes e risco à saúde pública, circunstâncias incompatíveis com o dever constitucional do Município de garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal. Além disso, a necessidade de fornecimento decorre da demanda contínua e recorrente da rede municipal de saúde, a qual deve manter estoques mínimos adequados para assegurar a pronta resposta às necessidades da população, inclusive diante de variações no consumo, aumento sazonal de doenças e demandas excepcionais. Dessa forma, resta evidenciada a necessidade da contratação para assegurar o adequado funcionamento dos serviços de saúde municipais, a efetividade das políticas públicas de saúde e a preservação do interesse público, garantindo atendimento digno, seguro e ininterrupto aos munícipes.

4 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

5 – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Requisitos de Habilitação:

5.1.1 Habilitação jurídica

5.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

5.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista



- 5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 5.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- 5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado; e para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 5.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 5.1.2.6. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 5.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor em data não anterior a 60 (sessenta) dias.

5.1.4. Qualificação Técnica

- 5.1.4.1. Comprovação de registro válido do produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Caso o produto esteja dispensado de registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária;
- 5.1.4.2. Autorização de Funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;



5.1.4.3. Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar.

6 – DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1. O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado.

6.2. Deverão estar incluídas, no preço do produto, todas as despesas sem quaisquer ônus para a administração pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

6.3. A validade dos produtos deverá ser de no mínimo de 70% (setenta por cento), a partir da data de fabricação.

7 – DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1. Da amostra: Não será exigido.

8 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Prazo de Entrega:

8.1.1. Até 10 (dez) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente pelo titular da Secretaria Requisitante ou preposto formalmente designado.

8.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo para a Secretaria Requisitante.

8.2. Do Local e Horário de Entrega:

8.2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço determinado pela fiscalização.

8.2.2. Os produtos deverão ser entregues no horário de 07h00min às 11h00min e 12h00min às 16h00min.



8.3. Condições de recebimento:

8.3.1. Os produtos serão recebidos:

8.3.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho;

8.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento provisório.

8.3.2. O descarregamento dos itens ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

8.3.3. Caberá ao responsável receber e conferir a qualidade, quantidade, validade e integridade das embalagens para, posteriormente, atestar as notas fiscais. Contudo, o atestamento da qualidade do que foi entregue poderá ser submetido a uma análise mais criteriosa, caso for necessário.

8.3.4. Os produtos fornecidos deverão atender às exigências de qualidade de acordo com os padrões estabelecidos pelos órgãos de controle e legislação vigente.

8.3.5. A entrega dos produtos fora das especificações contidas neste Termo de Referência, com avarias em suas embalagens ou no próprio produto, decorrente do transporte ou com defeitos de fabricação, gera a obrigação da contratada de, por sua conta, recolher os mesmos e providenciar a devida substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação oficial à empresa.

8.3.6. Reserva-se à Prefeitura o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste termo, podendo aplicar as sanções cabíveis à contratada.

8.3.7. O representante da PMCF anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



8.3.8. O recebimento/aprovação dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

9 – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias após a entrega**, acompanhado da Nota Fiscal correspondente e após carimbo e assinatura do(s) responsável(is) pelo cumprimento do estágio de liquidação da despesa.

9.1.1. A Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail: <almoxarifado@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br>, todavia, as mercadorias serão encaminhadas juntamente com o DANFE - Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica.

9.2. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus ao licitante vencedor.

9.3. A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste Termo de Referência estiver em total conformidade com as especificações.

9.4. Caso não ocorra o pagamento na data prevista no subitem 9.1 por culpa do MUNICÍPIO, o valor será corrigido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

9.5. Como condições para a continuidade do contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

9.6. Caso a contratada tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.

9.7. Quando a empresa contratada não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim



sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

9.8. Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

10 – DO CONTRATO (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

10.1. Do instrumento contratual:

10.1.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a competente Ata de Registro de Preços na Secretaria requisitante, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de convocação.

10.1.2. O instrumento contratual será encaminhado ao adjudicatário somente se houver motivo relevante, devidamente justificado e às suas expensas.

10.1.3. O não atendimento à convocação para a assinatura do Termo de Contrato (Ata de Registro de Preços) no prazo fixado implicará a decadência do direito à contratação, conforme previsto no artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4. O prazo para a assinatura do Termo de Contrato (Ata de Registro de Preços) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

10.1.5. Havendo recusa do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato (Ata de Registro de Preços) no prazo estabelecido, é facultado a esta Administração Pública convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo em igual prazo e condições, respeitada a ordem de classificação.

10.1.6. A Ata tem vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

10.1.7. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reequilibrados (Reequilíbrio Econômico Financeiro), observado o disposto nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

11 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA



11.1. Atendendo às exigências contidas no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar a compra, como representante da Administração.

11.1.1 - Gestor e Fiscal:

Gestor: Karen kristtyna Garcia Ribeiro

Supervisora da Seção de Compras da Secretaria de Saúde

Matricula: 8073

Fiscal: Gustavo Peres Gonçalves

Supervisor da Seção da Gestão da Atenção Básica de Saúde

Matricula: 8146

11.1.1.1. O presente Termo de Referência acompanha Declaração de Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal do contrato

11.1.1.1.1. A atualização será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados.

11.1.1.1.2. A atualização, caso seja necessária, será realizada por meio de apostilamento.

11.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

11.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.



11.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

11.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas ao Gestor para adoção das medidas pertinentes.

11.6.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa referente a esse fornecimento será empenhada na seguinte dotação orçamentária, ou sua correspondente ao exercício:

232 02. 012 .001 10.301 . 0004 2.0044 3 3 90 39 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO
BASICA - ESF

13 – DA GARANTIA

13.1. Garantia do produto: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

13.1.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial ou exigida na especificação.

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Para a subcontratação será exigida prévia autorização do CONTRATANTE, precedida das justificativas quanto aos motivos, natureza e extensão do objeto subcontratado;

14.2. A responsabilidade total pela execução dos serviços contratados, no caso de subcontratação continuará sempre a cargo da CONTRATADA, seja qual for a forma, o volume ou a natureza da subcontratação.



15 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. Da Contratada:

15.1.1. Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

15.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

15.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

15.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

15.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

15.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos produtos.

15.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

15.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

15.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

15.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



15.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

15.1.12. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da entrega ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.

15.1.13. Executar a entrega do objeto deste Termo de Referência em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e com os rigores previsíveis em normas de regência e segurança.

15.1.14. Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização.

15.1.15. Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega.

15.1.16. Cientificar o MUNICÍPIO do andamento da entrega, quando for o caso.

15.2. Da Contratante:

15.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega por meio de preposto designado pelo titular da **Secretaria Requisitante**, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

15.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

15.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

15.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

15.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

15.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL
**CRUZEIRO DA
FORTALEZA**
União que gera evolução.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 18.468.041/0001-72

Av. Nossa Senhora de Fátima, 1583 – CENTRO – CEP: 38735-000

CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG

E-mail: saude@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br

15.2.8 - Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do que foi executado.

15.2.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

15.2.10. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

15.2.11. Permitir o acesso do pessoal do contratado ao local de execução da entrega.

15.2.12. Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Termo de Referência.

15.2.13. Comunicar o licitante contratado qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade a ser entregue ou eventual mudança de endereço.

15.2.14. Promover a fiscalização e conferência dos produtos entregues pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL
**CRUZEIRO DA
FORTALEZA**
União que gera evolução.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 18.468.041/0001-72
Av. Nossa Senhora de Fátima, 1583 – CENTRO – CEP: 38735-000
CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG
E-mail: saude@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br

16 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da contratação será apurado em momento diverso pelo **Núcleo De Pesquisa Mercadológica (Departamento de Compras)** e oportunamente anexado ao processo.

Cruzeiro da Fortaleza/MG, 03 de março de 2026.

Termo de Referência elaborado por:

Karen kristtyna Garcia Ribeiro
Supervisora da Seção de Compras da Secretaria de Saúde
Matricula: 8073

Aprovado por:

Fernando Alvarenga Ferreira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE